

O Ministério Público encontra-se, mais uma vez, num rito de passagem. Entretanto, o Chefe do Ministério Público, reeleito pela classe, não foi reconduzido pelo Executivo, assumindo nova Chefia institucional.

Minha / primeira palavra é de profundo respeito, acatamento pela opção constitucional do Governo do Estado e, em nome da coesão interna, de reconhecimento à doutora Simone Mariano da Rocha, que por seus atributos e qualidades, foi chancelada como Chefe da instituição.

Aproveito o momento solene, para registrar três manifestações.

A primeira, pessoal e de gratidão. As outras duas, por dever de lealdade institucional.

Há dois anos, quando aqui me pronunciei, fiz o elogio da serenidade...

Parece que adivinhava as turbulências que se avizinhavam.

Deixei claro que o homem sereno não é submisso nem concessivo, mas está no extremo oposto do abuso de poder, do excesso, da pretensão.

Também disse que a simplicidade seria um valor, pois um ser humano complicado vê intrigas, tramas e

insídias por toda a parte – inseguro consigo próprio, é desconfiado em relação aos outros.

Meus outros foram os cidadãos do Rio Grande e, mais de perto, os colegas de Ministério Público e, especialmente, a equipe de assessores que esteve junta, membros e servidores, nas conquistas e adversidades colecionando passos firmes na direção de uma gestão mais profissional e transparente, de um Ministério Público preocupado com efetividade, otimização dos recursos e a qualidade dos serviços prestados à comunidade gaúcha.

Permitam menção especial ao GEMP 2022, a Gestão Estratégica do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que concretiza nossa visão de boa governança, de proatividade e tem servido de parâmetro para o Ministério Público em nível nacional - lembro como exemplos recentes de Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, do MP Federal e do Ministério Público do Trabalho.

Voltando aos sentimentos pessoais –

Agradeço a dedicação, competência e lealdade demonstradas durante agradável e profícua convivência com a assessoria, cientes das enormes dificuldades que tínhamos pela frente .

Minha profunda gratidão, pelo desprendimento, aprendizado e amizade.

Sinto-me orgulhoso por ter trabalhado com uma equipe tão profissional, coesa, e harmônica.

Passo, agora, aos outros dois pontos.

Está na hora de avançar no processo de escolha da Chefia do Ministério Público, que precisa – para estar à altura da instituição de Estado desenhada pela Constituição para atritar-se com o Governo, digo no sentido clássico, dos freios e contrapesos – fortalecer-se e comungar, na plenitude, da independência funcional que é virtude básica e imprescindível de qualquer Promotor ou Procurador de Justiça.

E o único metro que uso para avaliar tal prerrogativa é o da cidadania – os cidadãos gaúchos não merecem que os atos funcionais do Chefe do Ministério Público, inclusive no cumprimento do dever constitucional de fiscalizar os outros poderes, independente de honra e capacidade pessoal, possam ser maculados pela aleivosia da adrenalina político-partidária. Por isso, é de superar pelos constrangimentos internos e externos que causa, a participação de membros da Instituição em cargos do

Poder Executivo – que se mostra cada vez mais incompatível com o novo formato constitucional do Ministério Público.

Talvez algum controle político deva existir, diante das peculiares características da instituição no país. Quem sabe – fica apenas o esboço de um argumento, sincero convite ao diálogo, um debate para a agenda nacional – a escolha majoritária da classe, em eleição uninominal, pudesse submeter-se ao filtro político da Assembléia Legislativa, naturalmente por maioria qualificada. E o veto, como advertência extrema da Casa do Povo a eventuais arroubos, desencadearia nova eleição.

Por fim, numa época ambígua assolada pelo denunciamento de um lado, e a inoperância de outro, gostaria de evocar um valor fonte de nosso Estado democrático de direito: a dignidade.

Foi Kant quem formulou, num ponto de chegada de um longo processo histórico, a máxima de que o homem é um fim em si mesmo e não pode servir de instrumento para a realização de outros homens.

Uma pequena citação literal: “Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra como

equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade...”.

A dignidade do Ministério Público, plantada pela Constituição, não tem preço e coloca a instituição fora do tradicional mercado político.

É este meu terceiro ponto, que formulo com reflexão e urbanidade, mas sem meias palavras: a escolha do Poder Executivo, no aqui e agora do Estado do Rio Grande do Sul, ao desconsiderar a posição nacional de 14 mil membros do Ministério Público e não indicar o mais votado, a par de enfraquecer nossa democracia interna, é de um imenso equívoco político – é uma agressão à cidadania.

Num cenário de constantes disputas, sobressaltos, intrigas e denúncias, que têm levado ao paradoxo o código amigo/inimigo que parece aprisionar a política partidária e que, de forma inédita, colocam a Chefia do Executivo no centro da ribalta em tantas frentes, o rompimento da praxe, a rejeição da regra de prudência política que aconselha prestigiar a indicação majoritária da classe, opção democrática muito clara que fizemos como instituição, significa inverter a lógica política e lançar,

racionalmente, dúvidas sobre a motivação política da escolha, justamente, do principal fiscal da gestão do Governo do Estado.

Neste momento histórico em que a sociedade precisa, muito, de um Ministério Público forte, a escolha do Executivo, irretocável no prisma constitucional, não colabora para o quadro de fortalecimento da legitimidade política da instituição – legitimidade que comporta graus e vai sendo avaliada, minuto a minuto, a cada palavra ou cada silêncio, pela opinião pública.

Todavia, a Doutora Simone é uma mulher honrada e competente, que saberá cercar-se de leais e dedicados assessores. E contará com o empenho de todos nós para demonstrar, nos próximos dois anos, aos Poderes de Estado e aos cidadãos do Rio Grande do Sul, que o Ministério Público continua merecedor de respeito e confiança.

Muito obrigado.